

Assim a Amazônia vai ser preservada

Um relatório sobre o acelerado desmatamento da Amazônia, patrocinado pelo Banco Mundial, conclui que as políticas governamentais adotadas nos últimos 25 anos foram elaboradas sem consideração ao meio ambiente, e recomenda, entre várias providências, o fim dos incentivos fiscais para os projetos de criação de gado e uma moratória no desembolso de outros, destinados ao projeto Grande Carajás.

O relatório é alarmante: a área de desmatamento, que era de 125 mil quilômetros quadrados em 1980, está alcançando agora cerca de 600 mil quilômetros quadrados — ou 12% da Amazônia, uma região maior do que a França. O intenso desmatamento está localizado, principalmente, ao longo de estradas, como a Belém-Brasília, e sua área de influência ao Sul de Pará e ao Norte de Goiás, e também a Cuiabá-Porto Velho.

O relatório, preparado por um consultor econômico do Banco Mundial, Dennis J. Mahar, foi distribuído tanto em Washington como em Berlim, às vésperas da reunião anual do FMI/Banco Mundial, e nosso correspondente Moisés Rabinovici recebeu uma cópia dele, em Washington. "A principal mensagem (grifo do autor) a ser transmitida neste estudo", escreve Mahar "é a de que as tentativas de reduzir ou de acabar com os desmatamentos somente com decretos — por exemplo, através do zoneamento do uso da terra, ou do estabelecimento de parques nacionais, ou proibições de certos tipos de atividade eco-

nômica — têm muito menos chance de dar resultado se nada for feito para remover incentivos que encorajam a que as pessoas façam o contrário".

O relatório examina detalhadamente o que fizeram vários governos com a Amazônia desde 1964, quando foi desencadeada a "operação Amazônia" para desenvolver, ocupar e integrar a região ao resto do Brasil. Aqui surgiram os planos rodoviários ambiciosos, os esquemas de colonização agrícola e os incentivos fiscais.

"Os motivos por trás da 'Operação Amazônia' eram geopolíticos, em sua grande parte. Os líderes militares brasileiros, cômicos de que vários países vizinhos (principalmente a Venezuela e o Peru) estavam bem avançados em programas para a ocupação de suas respectivas Amazônia, ficaram ansiosos para assegurar a soberania nacional estabelecendo colônias auto-sustentadas nas áreas de fronteira" — escreve Mahar.

O resultado disso foi devastador para a região. Pequenas estradas de acesso à Belém-Brasília, como a PA-150, produziram um desmatamento explosivo: de 300 quilômetros quadrados em 1972, passou para 1.700 em 1977, pulando agora para 8.200. Florestas foram convertidas em pastos, embora estudos recentes mostrem que a criação de gado nas condições que prevalecem na Amazônia sejam antieconômicas.

O relatório passa por outros fatores de incentivo ao desmatamento. Um dos destaques é a política de considerar a abertura de

clareiras como um sinal de progresso, adotada pelo Incra. "Terras boas e ruins foram assim desmatadas indiscriminadamente." Depois de obter a posse da terra, o colono a revende, e vai desmatar outra área. Outro dos destaques pertence ainda à época dos "grandes projetos", como o Pólo Amazônia, abolido em 1987.

"O governo pensava que a exportação de minerais, madeira e produtos agrícolas tinha o potencial de contribuir de forma importante para a renda anual em moeda estrangeira" — diz o relatório, que só vai descobrir algo bem feito na Amazônia em 1980, como o programa de Carajás, executado pela Companhia Vale do Rio Doce com todos os cuidados com o meio ambiente.

Mahar elogia, mas adverte que o governo ainda não apresentou nenhum programa bom e realista para o desenvolvimento de toda a área do projeto Carajás. Ele se mostra preocupado com 15 projetos de ferro-gusa e manganês que foram aprovados, com in-

centivos especiais, no final de 1987. E acrescenta que estes projetos vão requerer 1,2 milhão de toneladas de carvão por ano, o que representará de 90 a 200 mil hectares de floresta por ano. "As implicações para o meio ambiente de tão grande desmatamento são claramente negativas."

A primeira conclusão do relatório é a de que sucessivos governos erraram ao fixarem uma política para o desenvolvimento da Amazônia, desligada de seu impacto ecológico. Apesar de décadas de esforços, a Amazônia só representa 3% da renda nacional, ainda hoje.

"Não há dúvida", escreve o economista Mahar, "que o rápido desmatamento vai continuar se as políticas atuais forem mantidas inalteradas." Ele sugere que o governo promova a recuperação de terras degradadas ou abandonadas, ajudando a restaurar a diversidade biológica da floresta.

Uma política diferente deve ser adotada para áreas da floresta tropical que ainda não estão acessíveis. "Sob esta nova abordagem, o governo não construirá nenhuma nova estrada nem dará infra-estrutura ou serviços (especialmente títulos de terra) na região. Até completar uma detalhada pesquisa de uso da terra."

O relatório sugere a melhoria do transporte fluvial, para reduzir as pressões contra a abertura de estradas na floresta.

O zoneamento agroecológico, tentado uma vez em 70, vai depender, segundo o relatório, da qualidade técnica dos próprios projetos, da força e profundidade do apoio político, e da existência de uma política geral consistente com o uso racional da terra — para a qual o relatório apresenta algumas recomendações específicas.

A primeira: o governo deve eliminar os incentivos fiscais para projetos de criação de gado na Amazônia. Aqueles em fase de implementação podem continuar, mas somente quando a Sudam confirmar, por visitas de campo, que não estejam localizados em áreas de florestas.

A segunda: o governo deve declarar uma moratória no desembolso de fundos dos incentivos fiscais para qualquer projeto na área da grande Carajás, como as propostas usinas de ferro-gusa que usarão carvão vegetal.

A terceira: O Incra deve modificar a sua política de reconhecer o desflorestamento como uma forma de melhoria na terra e base para a concessão de direitos de posse. Esta política encorajou o

desmatamento em áreas de nenhum ou pequeno potencial agrícola.

A quarta: o IBDF deve acabar com a "regra dos 50%" (50% de qualquer propriedade deve ser uma reserva permanente), impossível de fiscalizar numa região de fronteira e que representa nenhuma ou muito pouca proteção ao meio ambiente. Mas a regra dos 50% poderia ser aplicada numa região inteira, e não a um determinado lote.

A quinta: o governo deve aumentar seus esforços para melhorar a administração de impostos. A própria estrutura do imposto poderia ser modificada, no contexto da Amazônia, para permitir que uma terra numa floresta virgem seja considerada "produtiva", pagando menos imposto.

Segundo uma fonte da missão brasileira que está em Washington, só faltou uma recomendação para o Banco Mundial acertar na mosca o "pacote ecológico" que está sendo estudado pelo Conselho de Segurança Nacional e que será divulgado nos próximos dias: a proibição de exportação de madeira sem ser de fato beneficiada.

No Rio de Janeiro, o ex-responsável pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, Roberto Messias Franco, de certa forma confirmou ontem o lançamento do "pacote", ao dizer que o presidente Sarney deve assinar decreto-lei nos próximos dias, proibindo a liberação de créditos subsidiados e incentivos fiscais para as atividades agropecuárias na Amazônia.

Também para ajudar a combater queimadas naquela região, equipes formadas por fiscais do IBDF, agentes da Polícia Federal e soldados da Polícia Florestal começaram ontem a percorrer a BR 364 (Porto Velho-Rio Branco) e a BR 425 (Porto Velho-Guajará Mirim), autuando agressões ao ambiente.